



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ

Notas Explicativas Exercício de 2023

Unidade Gestora 009E0700001 – Prefeitura Municipal de Aracruz

Consolidada

SUMÁRIO

1. Introdução

1.1. Base de Preparação

2. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

2.1. Moeda Funcional e Apresentação

2.2. Disponibilidades

2.3. Créditos a Curto Prazo

2.4. Imobilizado

2.5. Intangível

2.6. Passivos circulantes e não circulantes

2.7. Depreciação e Amortização

2.8. Dívida Ativa

3. Informações Relevantes contidas nas Demonstrações Contábeis

3.1. Balanço Patrimonial

Nota 1 - Imobilizado

Nota 2 - Precatórios

Nota 3 – Dívida Ativa

Nota 4 – Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo

Nota 5 – Disponibilidade por Destinação de Recursos

Nota 6 – Demonstrativo do Superávit/ Déficit

Nota 6.1 – Excesso de Arrecadação – Fonte de Recurso 54000070

Nota 6.2 – Excesso de Arrecadação - Fonte de Recursos 599

Nota 6.3 – Excesso de Arrecadação - Fonte de Recursos 500.0015 e 500.0025

Nota 6.4 – Excesso de Arrecadação - Fonte de Recursos 700

Nota 6.5 – Excesso de Arrecadação - Fonte de Recursos 701

Nota 6.6 – Fonte de Recursos 599 - Superávit Financeiro

Nota 6.7 – Fonte de Recursos 700 - Superávit Financeiro

Nota 6.8 – Fonte de Recursos 759 - Superávit Financeiro

Nota 6.9 – Fonte de Recursos 718.0025 – Superávit Financeiro

Nota 6.10 - Metas de Resultado Primário e Nominal

1. INTRODUÇÃO

A Prefeitura Municipal de Aracruz é uma pessoa jurídica de direito público interno, representando a entidade máxima de administração pública no Município, sendo a sede do poder executivo, tendo autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira.

As bases orçamentárias da gestão de 2022 foram lastreadas nos instrumentos constitucionais e legais descritos a seguir:

- Plano Plurianual - PPA: instituído pela Lei nº 4.432/21, em 09 de dezembro de 2021, para o período de 2022-2025.
- Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO: estabelecida pela Lei nº 4.499 em 20 de Julho de 2022.
- Lei Orçamentária Anual - LOA: orçamento aprovado em 27 de dezembro de 2022 pela Lei nº 4.566/2022.

As ações desenvolvidas pelo Município estão agrupadas nas seguintes funções de governo previstas:

UG	SIGLA UG	DESCRIÇÃO UG
101	-	Câmara Municipal de Aracruz
201	PMA	Prefeitura Municipal de Aracruz
210	SEGOV	Secretaria de Governo
211	CGM	Controladoria Geral
212	PROGE	Procuradoria Geral
213	SEMPLA	Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão
214	SEMPI	Secretaria de Finanças
216	SEMDS	Secretaria de Educação
217	SEMDS	Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho
218	SEMTUR	Secretaria de Turismo e Cultura
219	SETRANS	Secretaria de Transportes e Serviços Urbanos
220	SEMOB	Secretaria de Obras e Infraestrutura
221	SEMAG	Secretaria de Agricultura
222	SEMAM	Secretaria de Meio Ambiente
223	SEMAD	Secretaria de Administração e Recursos Humanos
224	SEMSU	Secretaria de Suprimentos
225	SEHAB	Secretaria de Habilitação e Defesa Civil (Extinta em 2023)
226	SECOM	Secretaria de Comunicação
227	SEMDE	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
228	SEMESP	Secretaria de Esportes, Lazer e Juventude
229	SEMDUR	Secretaria de Desenvolvimento Urbano

301	IPASMA	Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores
401	SAAE	Serviço Autônomo de Água e Esgoto
501	FMS	Fundo Municipal de Saúde

As notas explicativas oferecem descrições narrativas ou decomposição (detalhamento) de itens apresentados nessas demonstrações e informação acerca de itens que não se qualificam para serem reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Um item pode não ser suficientemente material para justificar a sua apresentação individualizada nas demonstrações contábeis, mas pode, entretanto, ser suficientemente material para ser apresentado de forma individualizada nas notas explicativas.

A demonstração desta Nota Explicativa é composta por Balanço Patrimonial – Anexo 14, referente ao exercício financeiro de 2023, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

Esta nota explicativa faz parte das demonstrações contábeis e contém informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis.

1.1. BASE DE PREPARAÇÃO

As Demonstrações Contábeis apresentadas foram elaboradas em estrita observância aos dispositivos da Lei nº 4.320/1964 e da Lei Complementar nº 101/2000. Para cumprimento do objetivo de padronização dos procedimentos contábeis, observam-se ainda as disposições do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC); das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP); e as orientações contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

Em 2017 entrou em vigor a Norma Brasileira de contabilidade aplicada ao Setor Público (NBC TSP) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, que apresenta as diretrizes e regras gerais que as demonstrações Contábeis devem seguir, apontando características qualitativas para atingir os objetivos da informação contábil.

2. RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS:

2.1. Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais. Os saldos estão demonstrados conforme os relatórios estruturados enviados.

2.2 – Disponibilidades

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), as disponibilidades do órgão estão mensuradas pelo valor original em reais.

2.3 – Créditos a Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados principalmente com adiantamentos. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicáveis.

2.4 – Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão, deduzida a respectiva depreciação acumulada.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não geram tais benefícios, eles são reconhecidos como variações patrimoniais diminutivas do período.

2.5 – Intangível

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercício com essa finalidade. São mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada.

2.6 – Passivos Circulantes e não circulantes

As obrigações ao evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; fornecedores e contas a pagar; e demais obrigações a curto prazo.

2.7 – Depreciação e amortização

A depreciação é a redução do valor dos bens tangíveis pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.

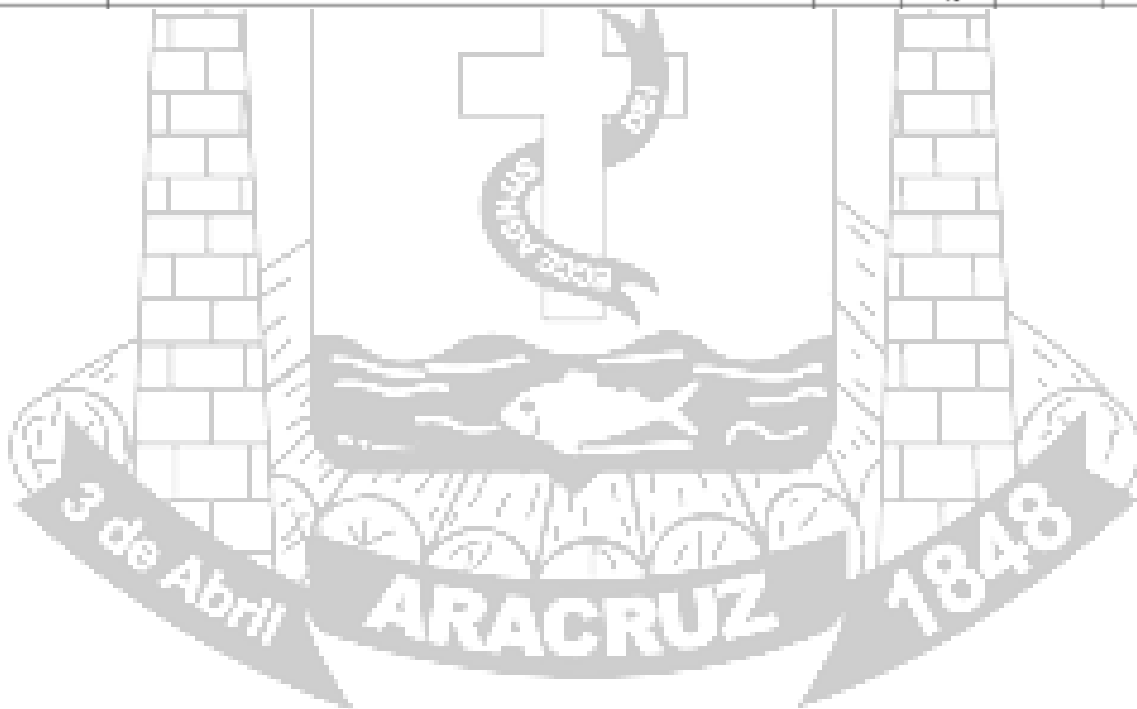
Os seguintes fatores devem ser considerados ao se estimar a vida útil de um ativo:

- a) Capacidade de geração de benefícios futuros;
- b) Desgaste físico decorrente de fatores operacionais ou não;
- c) Obsolescência tecnológica; e
- d) Limites legais ou contratuais sobre o uso ou a exploração do ativo.

Os percentuais de depreciação, valor residual e vida útil dos bens móveis e imóveis da Prefeitura Municipal de Aracruz, inclusive suas unidades gestoras, são regulamentados por intermédio do Decreto nº 35.143, de 27/12/2018 e seus anexos I e II.

Anexo I:

Subelemento	Descrição do Subelemento	Vida Útil (Anos)	Valor Residual	Taxa Anual	Taxa Mensal
02	Aeronaves	10	10%	9,00%	0,75%
04	Aparelhos de Medição e Orientação	15	10%	6,00%	0,50%
06	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	10	20%	8,00%	0,67%
08	Aparelhos, Equip. e Utens. Medicoodonto, Laborat. e Hospitalar	15	20%	5,33%	0,44%
10	Aparelhos e Equipamentos para Esportes e Diversões	10	10%	9,00%	0,75%
12	Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10%	9,00%	0,75%
14	Armamentos	20	15%	4,25%	0,35%
18	Coleções e Materiais Bibliográficos	10	0%	10,00%	0,83%
19	Discotecas e Filmotecas	5	10%	18,00%	1,50%



Subelemento	Descrição do Subelemento	Vida Útil (Anos)	Valor Residual	Taxa Anual	Taxa Mensal
20	Embarcações	20	5%	4,75%	0,40%
22	Equipamentos de Manobra e Patrulhamento	20	10%	4,50%	0,38%
24	Equipamentos de Proteção, Segurança e Socorro	10	10%	9,00%	0,75%
26	Instrumentos Musicais e Artísticos	20	10%	4,50%	0,38%
28	Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	20	10%	4,50%	0,38%
30	Máquinas e Equipamentos Energéticos	10	10%	9,00%	0,75%
32	Máquinas e Equipamentos Gráficos	15	10%	6,00%	0,50%
33	Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	10	10%	9,00%	0,75%
34	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	10	10%	9,00%	0,75%
35	Equipamentos de Processamento de Dados	5	20%	16,00%	1,33%
36	Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	10	10%	9,00%	0,75%
38	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	10	10%	9,00%	0,75%
39	Equipamentos e Utensílios Hidráulicos e Elétricos	10	10%	9,00%	0,75%
40	Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários	10	10%	9,00%	0,75%
42	Mobiliário em Geral	10	10%	9,00%	0,75%
46	Semoventes e Equipamentos de Montaria	10	10%	3,00%	0,25%
48	Veículos Diversos	15	10%	6,00%	0,50%
50	Veículos Ferroviários	30	10%	3,00%	0,25%
51	Peças Não Incorporáveis a Imóveis	10	10%	9,00%	0,75%
52	Veículos de Tração Mecânica	15	10%	6,00%	0,50%
53	Carros de Combate	30	10%	3,00%	0,25%
54	Equipamentos, Peças e Acessórios Aeronáuticos	30	10%	3,00%	0,25%
56	Equipamentos, Peças e Acessórios de Proteção ao Voo	30	10%	3,00%	0,25%
57	Acessórios para Automóveis	5	10%	18,00%	1,50%
58	Equipamentos de Mergulho e Salvamento	15	10%	6,00%	0,50%
60	Equipamentos, Peças e Acessórios Marítimos	15	10%	6,00%	0,50%
83	Equipamentos e Sistemas de Proteção e Vigilância Ambiental	10	10%	9,00%	0,75%
89	Equipamentos, Sobressalventes de Máquinas, Motor de Navios de Esquadra	20	5%	4,75%	0,40%
99	Outros Equipamentos e Materiais Permanentes	10	5%	9,50%	0,79%

Anexo II:

Descrição	Vida Útil (Anos)	Taxa Anual	Valor Residual
Imóveis	25	4,00%	10%
Instalações	10	10,00%	10%
Infraestrutura	25	4,00%	10%

2.8 – Dívida Ativa

Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), a Dívida ativa é o conjunto de créditos tributários e não tributários em favor da Fazenda Pública, não recebidos no prazo para pagamento definido em lei ou em decisão proferida em processo regular, inscrito pelo órgão ou entidade competente, após apuração de certeza e liquidez.

É uma fonte potencial de fluxos de caixa e é reconhecida contabilmente no ativo. Não se confunde com a dívida pública, uma vez que esta representa as obrigações do ente público com terceiros e é reconhecida contabilmente no passivo.

3. INFORMAÇÕES RELEVANTES CONTIDAS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1. BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial do setor público é um demonstrativo contábil que evidencia a composição do patrimônio dos órgãos e entidades da Administração Pública (bens, direitos, obrigações e patrimônio líquido) em determinado momento, bem como as contas de compensação.

O saldo patrimonial, composto pela equação de ativo financeiro e ativo permanente deduzido do passivo financeiro e passivo permanente, do município de Aracruz, apurado no exercício de 2023, foi de R\$ 1.269.150.586,36 (Um bilhão, duzentos e sessenta e nove milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, quinhentos e seis reais e trinta e seis centavos), desconsiderando as contas intra-orçamentárias.

Nota 1 – Imobilizado

Insta salientar que, através do processo administrativo nº 2604/2023, foi solicitado a análise dos valores referente a Obras em Andamento e Estudos e Projetos, bem como a incorporação na Unidade Gestora da Educação (SEMED) das obras com status "em andamento", ao Setor de Patrimônio da Secretaria Municipal de Suprimentos. Segundo o Setor, o procedimento está sendo realizado de acordo com o Termo de Recebimento Definitivo da obra, encaminhado pela Secretaria Municipal de Obras, uma vez que não é possível incorporar imóveis cuja construção não foi finalizada.

Quanto ao valor de **R\$ 425.000,00**, constante na conta contábil 1.2.3.2.1.99.05 BENS IMÓVEIS A CLASSIFICAR, refere-se à desapropriação de imóvel para ampliação da escola EMEF Profª. Barula N dos Santos, correspondente a parte do lote 2, na quadra 14, com área de 412,50 m², localizada na Av. Dr. Orlindo Borges, Barra do Sahy, Aracruz/ES. Os valores pagos referente à desapropriação ocorreram na data de 15/12/2022, conforme Processo Administrativo 18495/2021. Logo, o imóvel será incorporado ao Inventário de Bens Imóveis no exercício de 2024.

Até o exercício de 2022, a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura apresentava divergência entre seu saldo contábil de Bens Imóveis e o Termo Circunstanciado dos Bens Imóveis (TERIMO), devido a conta contábil “1.2.3.2.1.06.01 - Obras em Andamentos”, “1.2.3.2.1.06.05 - Estudos e Projetos” e “1.2.3.2.1.99.05 - Bens Imóveis a Classificar”.

No exercício de 2023, foram realizadas as devidas inserções e corrigido as divergências antes existentes na conta contábil “Obras em andamento”, fazendo constar em seu inventário físico todos os saldos das obras ainda não concluídas.

Desta forma, o saldo contábil da conta “Obras em Andamento” está de acordo com o saldo do inventário físico, permanecendo apenas a diferença entre o saldo contábil e o inventário físico dos Bens Imóveis referente as rubricas “Estudos e Projetos”, que, conforme chamado C230207-238, continua sendo analisado como deverá ser inserido pelo sistema SMARAPD-AM e “Bens Imóveis a Classificar” que são os terrenos e bens imóveis desapropriados que ainda não possuem escrituração.

1.2.3.2.1.06.01.000	OBRA EM ANDAMENTO	88.311.407,05	7.512.580,38	279.805,77	95.544.181,66	0,00	95.544.181,66	88.311.407,05	7.512.580,38	279.805,77	95.544.181,66	0,00	95.544.181,66	0,00
1.2.3.2.1.06.05.000	ESTUDOS E PROJETOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.580.306,14	439.783,90	0,00	13.020.090,04	0,00	13.020.090,04	-13.020.090,04
1.2.3.2.1.99.05.000	BENS IMOVEIS A CLASSIFICAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	324.625,45	0,00	0,00	324.625,45	0,00	324.625,45	-324.625,45

Além disso, foram identificadas desapropriações de terreno executadas em anos anteriores pelo Município de Aracruz que foram equivocadamente lançadas em “Obras em Andamento”, no valor de R\$ 129.124,39. Em março de 2023, foi efetuado lançamento de ajuste, retirando os valores de Obras em Andamento e reclassificando em “Bens Imóveis a Classificar” até que tais terrenos sejam devidamente escriturados. São eles:

DESAPROPRIAÇÃO	DATA	VALOR
Desapropriação de área de terra na Av. Venâncio Flores, Guaxindiba, Aracruz/ES, para execução da calçada referente à obra de Duplicação da Avenida Guaxindiba, conforme Decreto nº 33.989, De 11/04/2018	26/07/2018	9.189,29
Desapropriação de uma área de terra de 137,52 m ² , localizada na Avenida Primo Bitti, distrito de Santa Cruz, neste município de Aracruz/ES, a fim de executar o projeto de infraestrutura, conforme Decreto nº 35.707, De 22/04/2019.	09/10/2019	17.150,00
Desapropriação de uma área de terra de 426,64 m ² , localizada na Avenida Primo Bitti, distrito de Santa Cruz, neste município de Aracruz/ES, a fim de executar o projeto de infraestrutura, conforme Decreto nº 35.709, De 22/04/2019.	09/10/2019	48.500,00
Desapropriação de uma área de terra de 43,75 m ² , localizada na Avenida Primo Bitti, distrito de Santa Cruz, neste município de Aracruz/ES, a fim de executar o projeto de infraestrutura, conforme Decreto nº 35.708, De 22/04/2019.	14/10/2019	5.500,00
Desapropriação de uma área de terra de 170,93 m ² , localizada na Avenida Primo Bitti, distrito de Santa Cruz, neste município de Aracruz/ES, a fim de executar o projeto de infraestrutura, conforme Decreto nº 36.742, De 21/08/2019.	14/10/2019	20.585,10
Desapropriação de área de terra, localizada em Santa Cruz, no Município de Aracruz, para executar o projeto de infraestrutura da Avenida Primo Bitti, conforme Decreto nº 35.710, De 22/04/2019.	09/06/2020	28.200,00
TOTAL		129.124,39

Em 2022, a Secretaria Municipal de Finanças entrou em contato com sistema de informações SMARAPD para entender o motivo pelo qual as informações das obras em andamento não estavam sendo inseridas no inventário físico. Foi informado por consultores do sistema, que o sistema SMARAPD-AM possui as ferramentas necessárias

e que por tanto, seria necessário apenas a devida instrução aos servidores municipais de como utilizar tais ferramentas. Solicitamos e foi executado o treinamento dos servidores municipais, porém o sistema continuou sem a inserção dos valores do obras em andamento no inventário físico.

Cabe ressaltar que, para atendimento a legislação supracitada, a municipalidade tem tomado providências no intuito de normatizar através das secretarias envolvidas procedimentos necessários para inventariar as obras em andamento a fim de sanar tais divergências.

Após tais tratativas, os próprios consultores abriram um chamado de número C221205-037. O Município de Aracruz também abriu um chamado C230207-238 junto ao sistema solicitando providências e solução do problema, porém o Município não obteve nenhum retorno até a data desta prestação de contas.

Nota 2 – Precatórios

Segundo o MCASP, “precatórios são requisições de pagamento contra a Fazenda Pública decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado, disciplinados pelo art. 100 da CF/1988”.

Conforme a Lei 4.566/2022 que aprova o orçamento anual para o exercício de 2023, haviam 34 precatórios a pagar no valor de R\$ 1.196.511,48, porém, conforme lista de precatórios retirada com valores atualizados até 31 de dezembro de 2022, o Tribunal de Justiça retirou um precatório, totalizando assim, 33 precatórios a serem pagos no exercício de 2023 no valor total de R\$ 1.172.638,60 (um milhão, cento e setenta e dois mil, seiscentos e trinta e oito reais e sessenta centavos), valor este devidamente reconhecido no passivo circulante, sendo 1.071.070,13 (um milhão, setenta e um mil, setenta reais e treze centavos) registrado na rubrica “2.1.1.1.1.04.03 – Precatório de Pessoal – Regime Especial” e 101.568,47 (cento e um mil, quinhentos e sessenta e oito mil e quarenta e sete centavos) registrado na rubrica “2.1.3.1.1.07.03 – Precatórios de Contas a Pagar – Regime Especial”.

Os precatórios reconhecidos no passivo circulante do exercício de 2022 e incluídos na LOA de 2023 foram devidamente quitados em outubro de 2023, por meio das emissões de notas de empenhos 376, 377 e 378, que totalizou o valor de R\$ 1.179.355,50 (um milhão, cento e setenta e nove mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos).

O orçamento anual para o exercício de 2024, aprovado por intermédio da Lei nº 4.677/2023, previu 28 precatórios a pagar no exercício de 2024 no valor total de R\$ 3.757.418,55. Os precatórios previstos na LOA possuem valor original total de R\$ 3.018.402,58 (três milhões, dezoito mil, quatrocentos e dois reais e cinquenta e oito centavos) sendo a diferente entre este e aquele, correção monetária.

Os valores dos 28 precatórios incluídos na LOA foram atualizado monetariamente até 31 de dezembro de 2023 e devidamente reconhecidos no passivo circulante no montante de R\$ 3.845.017,87, sendo registrado na rubrica “2.1.1.1.1.04.03 – Precatórios de Pessoal – Regime Especial – A partir de 05/05/2000 – Não Vencidos” o valor de R\$ 830.143,94 (oitocentos e trinta mil, cento e quarenta e três reais e noventa e quatro centavos) e na rubrica “2.1.3.1.1.07.03 – Precatórios de Contas a Pagar – Regime Especial – A partir de

05/05/2000 – Não Vencidos” o valor de R\$ 3.014.873,93 (três milhões, quatorze mil, oitocentos e setenta e três reais e noventa e três centavos).

Nota 3 – Dívida Ativa

A SEMFI, visando à melhor gestão e controle da dívida ativa do Município, vem intercedendo junto a empresa contratada responsável pelo o sistema de gestão da dívida ativa para um melhoramento das ferramentas do processo de acompanhamento e cobrança, com o intuito de que tais direitos sejam resgatados de forma satisfatória.

Considerando que no exercício de 2021 foi aberto processo nº 20123/2021 para elaboração da minuta da instrução normativa referente orientações e procedimentos para inscrição, controle, e baixa da Dívida Ativa da UG009E0600006 - SEMFI, bem como foi criada Comissão Especial de Trabalho e Higienização da Dívida Ativa.

Considerando que a metodologia usada para identificar os valores a serem provisionados como possível perda na arrecadação da Dívida Ativa foi à classificação por sistema de rating, em ordem decrescente de recuperabilidade, levando-se em consideração a diferença da data de constituição da dívida ativa tributária e não tributária ou a maior data de Parcelamento do Termo de Inscrição, observando as seguintes classes:

I – A: créditos inscritos até 03 (três) anos, com alta perspectiva de recuperabilidade;

II – B: créditos inscritos a mais de 03 (três) anos, e até 6 (seis) anos, com média perspectiva de recuperabilidade;

III – C: créditos inscritos a mais de 06 (seis) anos e até 12 (doze) anos, com baixa perspectiva de recuperabilidade;

IV – D: créditos inscritos a mais de 12 (doze) anos e até 23 (vinte e três) anos, com baixíssima perspectiva de recuperabilidade;

V – E: créditos inscritos a mais de 23 (vinte e três) anos, com remota perspectiva de recuperabilidade;

Considerando que o ajuste para perdas da dívida ativa do Município de acordo com o anexo II da IN STB Nº 003/2014 versão 02.00 datada de 29/12/2021 aprovada pela Resolução CONFIT nº 009/2021 será calculado, mediante aplicação sobre o saldo apurado da Dívida Ativa em 31 de dezembro de cada ano, dos seguintes percentuais aos créditos classificados com rating A, B, C, D e E, respectivamente:

I – Rating “A” 5%

II – Rating “B” 10%

III – Rating “C” 20%

IV – Rating “D” 60%

V – Rating “E” 90%

A SEMFI, visando à melhor gestão e controle da dívida ativa do Município, vem intercedendo junto à empresa contratada responsável pelo o sistema de gestão da dívida

ativa para um melhoramento das ferramentas do processo de acompanhamento e cobrança, com o intuito de que tais direitos sejam resgatados de forma satisfatória.

No exercício de 2023 o Setor de Dívida Ativa da Prefeitura de Aracruz enviou relatório à Contabilidade – SEMFI, contendo os valores de Ajustes para Perdas no montante de R\$ R\$ 890.071.241,88 (oitocentos e noventa milhões, setenta e um mil, duzentos e quarenta e um reais e oitenta e oito centavos) conforme planilha abaixo, sendo o montante de R\$ 206.218,86 de Ajustes para Perdas da Dívida Ativa Curto Prazo e o montante de R\$ 889.865.023,02 de Ajustes para Perdas da Dívida Ativa Longo Prazo.

Classificação: A Probabilidade de Perda: 5,00% - R\$ 2.572.302,39							
Exercício	Tipo	Tributário	Não Tributário	Total Exercício	Ajustes p/ perdas	Tributário	Não Tributário
2023	Curto Prazo	R\$ 117.246,46	R\$ 29.580,53	R\$ 146.826,99			
2022	Curto Prazo	R\$ 289.883,36	R\$ 10.570,87	R\$ 300.454,23			
2021	Curto Prazo	R\$ 179.568,18	R\$ 7.090,88	R\$ 186.659,06			
2020	Curto Prazo	R\$ 215.545,13	R\$ 1.432,18	R\$ 216.977,31			
Total	Curto Prazo	R\$ 802.243,13	R\$ 48.674,46	R\$ 850.917,59	R\$ 42.545,88	R\$ 40.112,16	R\$ 2.433,72
2023	Longo Prazo	R\$ 5.061.292,94	R\$ 12.636,72	R\$ 5.073.929,66			
2022	Longo Prazo	R\$ 14.762.430,18	R\$ 8.227.764,20	R\$ 22.990.194,38			
2021	Longo Prazo	R\$ 12.662.728,97	R\$ 164.440,86	R\$ 12.827.169,83			
2020	Longo Prazo	R\$ 9.426.594,83	R\$ 277.241,60	R\$ 9.703.836,43			
Total	Longo Prazo	R\$ 41.913.046,92	R\$ 8.682.083,38	R\$ 50.595.130,30	R\$ 2.529.756,52	R\$ 2.095.652,35	R\$ 434.104,17
Classificação: B Probabilidade de Perda: 10,00% - R\$ 5.046.899,94							
Exercício	Tipo	Tributário	Não Tributário	Total Exercício	Ajuste p/Perdas	Tributário	Não Tributário
2019	Curto Prazo	R\$ 193.806,27	R\$ 185,08	R\$ 193.991,35			
2018	Curto Prazo	R\$ 139.516,85	R\$ 1.703,61	R\$ 141.220,46			
2017	Curto Prazo	R\$ 112.380,93	R\$ 369,90	R\$ 112.750,83			
Total	Curto Prazo	R\$ 445.704,05	R\$ 2.258,59	R\$ 447.962,64	R\$ 44.796,26	R\$ 44.570,41	R\$ 225,86
2019	Longo Prazo	R\$ 9.286.787,14	R\$ 308.277,26	R\$ 9.595.064,40			
2018	Longo Prazo	R\$ 19.794.939,29	R\$ 400.289,62	R\$ 20.195.228,91			
2017	Longo Prazo	R\$ 19.924.431,42	R\$ 306.312,02	R\$ 20.230.743,44			
Total	Longo Prazo	R\$ 49.006.157,85	R\$ 1.014.878,90	R\$ 50.021.036,75	R\$ 5.002.103,68	R\$ 4.900.615,79	R\$ 101.487,89
Classificação: C Probabilidade de Perda: 20,00% - R\$ 36.434.984,02							
Exercício	Tipo	Tributário	Não Tributário	Total Exercício	Ajuste p/Perdas	Tributário	Não Tributário
2016	Curto Prazo	R\$ 98.001,54	R\$ 1.357,71	R\$ 99.359,25			
2015	Curto Prazo	R\$ 54.329,93	R\$ 1.033,30	R\$ 55.363,23			
2014	Curto Prazo	R\$ 151.875,17	R\$ 64,23	R\$ 151.939,40			
2013	Curto Prazo	R\$ 12.537,96	R\$ 33,62	R\$ 12.571,58			
2012	Curto Prazo	R\$ 7.642,60	R\$ 0,00	R\$ 7.642,60			
2011	Curto Prazo	R\$ 8.732,79	R\$ 748,70	R\$ 9.481,49			
Total	Curto Prazo	R\$ 333.119,99	R\$ 3.237,56	R\$ 336.357,55	R\$ 67.271,51	R\$ 66.624,00	R\$ 647,51
2016	Longo Prazo	R\$ 50.322.960,64	R\$ 26.989.345,11	R\$ 77.312.305,75			
2015	Longo Prazo	R\$ 46.966.683,18	R\$ 578.804,86	R\$ 47.545.488,04			
2014	Longo Prazo	R\$ 22.474.333,00	R\$ 80.094,33	R\$ 22.554.427,33			
2013	Longo Prazo	R\$ 3.979.117,07	R\$ 37.258,83	R\$ 4.016.375,90			
2012	Longo Prazo	R\$ 21.262.489,74	R\$ 6.229.347,05	R\$ 27.491.836,79			
2011	Longo Prazo	R\$ 2.888.877,20	R\$ 29.251,52	R\$ 2.918.128,72			
Total	Longo Prazo	R\$ 147.894.460,83	R\$ 33.944.101,70	R\$ 181.838.562,53	R\$ 36.367.712,51	R\$ 29.578.892,17	R\$ 6.788.820,34
Classificação: D Probabilidade de Perda: 60,00% - R\$ 843.054.906,38							
Exercício	Tipo	Tributário	Não Tributário	Total Exercício	Ajuste p/Perdas	Tributário	Não Tributário
2010	Curto Prazo	R\$ 11.477,24	R\$ 781,40	R\$ 12.258,64			
2009	Curto Prazo	R\$ 19.792,70	R\$ 0,00	R\$ 19.792,70			
2008	Curto Prazo	R\$ 6.359,66	R\$ 0,00	R\$ 6.359,66			
2007	Curto Prazo	R\$ 8.469,35	R\$ 70,91	R\$ 8.540,26			
2006	Curto Prazo	R\$ 7.035,35	R\$ 75,06	R\$ 7.110,41			
2005	Curto Prazo	R\$ 6.815,56	R\$ 0,00	R\$ 6.815,56			

2004	Curto Prazo	R\$ 4.185,92	R\$ 11,17	R\$ 4.197,09			
2003	Curto Prazo	R\$ 5.747,30	R\$ 0,00	R\$ 5.747,30			
2002	Curto Prazo	R\$ 4.324,88	R\$ 0,00	R\$ 4.324,88			
2001	Curto Prazo	R\$ 5.545,33	R\$ 0,00	R\$ 5.545,33			
2000	Curto Prazo	R\$ 4.056,76	R\$ 0,00	R\$ 4.056,76			
Total	Curto Prazo	R\$ 83.810,05	R\$ 938,54	R\$ 84.748,59	R\$ 50.849,15	R\$ 50.286,03	R\$ 563,12
2010	Longo Prazo	R\$ 1.344.130.929,78	R\$ 17.878,50	R\$ 1.344.148.808,28			
2009	Longo Prazo	R\$ 3.137.941,91	R\$ 17.445,18	R\$ 3.155.387,09			
2008	Longo Prazo	R\$ 4.541.976,44	R\$ 12.033,05	R\$ 4.554.009,49			
2007	Longo Prazo	R\$ 2.626.291,78	R\$ 701.180,42	R\$ 3.327.472,20			
2006	Longo Prazo	R\$ 3.282.484,28	R\$ 3.769.370,98	R\$ 7.051.855,26			
2005	Longo Prazo	R\$ 22.484.697,23	R\$ 3.103.080,60	R\$ 25.587.777,83			
2004	Longo Prazo	R\$ 4.301.436,45	R\$ 3.335.331,71	R\$ 7.636.768,16			
2003	Longo Prazo	R\$ 3.477.967,87	R\$ 13.642,32	R\$ 3.491.610,19			
2002	Longo Prazo	R\$ 1.841.400,00	R\$ 4.241,58	R\$ 1.845.641,58			
2001	Longo Prazo	R\$ 2.070.683,13	R\$ 13.943,65	R\$ 2.084.626,78			
2000	Longo Prazo	R\$ 2.119.453,55	R\$ 3.351,64	R\$ 2.122.805,19			
Total	Longo Prazo	R\$ 1.394.015.262,42	R\$ 10.991.499,63	R\$ 1.405.006.762,05	R\$ 843.004.057,23	R\$ 836.409.157,45	R\$ 6.594.899,78
Classificação: E							
Probabilidade de Perda: 90,00% - R\$ 2.962.149,15							
Exercicio	Tipo	Tributário	Não Tributário	Total Exercício	Ajuste p/Perdas	Tributário	Não Tributário
1999	Curto Prazo	R\$ 329,45	R\$ 0,00	R\$ 329,45			
1998	Curto Prazo	R\$ 510,61	R\$ 0,00	R\$ 510,61			
1997	Curto Prazo	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
1996	Curto Prazo	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
1995	Curto Prazo	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
Total	Curto Prazo	R\$ 840,06	R\$ 0,00	R\$ 840,06	R\$ 756,05	R\$ 756,05	R\$ 0,00
1999	Longo Prazo	R\$ 94.321,84	R\$ 21.049,84	R\$ 115.371,68			
1998	Longo Prazo	R\$ 74.411,66	R\$ 4.951,12	R\$ 79.362,78			
1997	Longo Prazo	R\$ 29.936,97	R\$ 2.019,08	R\$ 31.956,05			
1996	Longo Prazo	R\$ 22.491,20	R\$ 3.041.146,57	R\$ 3.063.637,77			
1995	Longo Prazo	R\$ 108,49	R\$ 0,00	R\$ 108,49			
Total	Longo Prazo	R\$ 221.270,16	R\$ 3.069.166,61	R\$ 3.290.436,77	R\$ 2.961.393,09	R\$ 199.143,14	R\$ 2.762.249,95
Total Geral Curto Prazo:		R\$ 1.665.717,28	R\$ 55.109,15	R\$ 1.720.826,43	R\$ 206.218,86	R\$ 202.348,64	R\$ 3.870,22
Total Geral Longo Prazo:		R\$ 1.633.050.198,18	R\$ 57.701.730,22	R\$ 1.690.751.928,40	R\$ 889.865.023,02	R\$ 873.183.460,89	R\$ 16.681.562,13
Total Geral:		R\$ 1.634.715.915,46	R\$ 57.756.839,37	R\$ 1.692.472.754,83	R\$ 890.071.241,88	R\$ 873.385.809,54	R\$ 16.685.432,34

Probabilidade Total Perda: R\$ 890.071.241,88

Probabilidade de Perda Total: 52,59%

Em 31/12/2013 a Autarquia SAAE iniciou o registro da perda de dívida ativa não tributária. Em 2023 houve alteração na metodologia do cálculo da perda:

Classificação por sistema de RATING, em ordem decrescente de recuperabilidade, levando-se em consideração a diferença da data de Constituição da Dívida Ativa não tributária ou a maior data de Parcelamento de Inscrição, observando as seguintes classes:

I – A: créditos inscritos até 03 (três) anos, com alta perspectiva de recuperabilidade;

II – B: créditos inscritos a mais de 03 (três) anos e até 06 (seis) anos, com média perspectiva de recuperabilidade;

III – C: créditos inscritos a mais de 06 (seis) anos e até 12 (doze) anos, com baixa perspectiva de recuperabilidade;

IV – D: créditos inscritos a mais de 12 (doze) anos e até 23 (vinte e três) anos, com baixíssima perspectiva de recuperabilidade;

V – E: créditos inscritos a mais de 23 (vinte e três) anos, com remota perspectiva de recuperabilidade.

O ajuste para perdas da DIVIDA ATIVA da autarquia (SAAE) será calculado, mediante aplicação, sobre o saldo apurado da Dívida Ativa em 31 de dezembro de cada ano, dos seguintes percentuais aos créditos classificados com rating: A, B, C, D e E, respectivamente.

I – RATING “A” – 5%

II – RATING “B” – 10%

III – RATING “C” – 20%

IV – RATING “D” – 60%

V – RATING “E” – 90%

Após a apuração chegou-se a um montante de perda de 93.560,20, sendo que no final do exercício de 2022 a perda era de 52.918,69, ocorrendo um acréscimo no valor de R\$ 40.641,51 conforme memorial de cálculo elaborado pela Gerente da Divisão de Gestão de Relacionamento com o Usuário.

Assim o valor do Ajuste para Perdas D. Ativa em 2023 totalizou o montante de R\$ 890.164.802,08 (oitocentos e noventa milhões, cento e sessenta e quatro mil, oitocentos e dois reais e oito centavos).

O valor de Ajuste de Perdas contabilizado pela Autarquia SAAE referente CLIENTES perfaz o montante de R\$ 551.858,47, sendo que ocorreu um aumento da perda de R\$ 29.491,49 em relação ao exercício anterior, conforme memorial de cálculo enviado pela Gerente de Divisão de Gestão de Relacionamento com o usuário ao setor contábil.

Assim, temos registrado o montante de R\$ 758.077,33 referente os Ajustes de Perdas de Créditos a Curto Prazo, sendo o valor de R\$ 551.858,47 advindos da conta Clientes e o valor de R\$ 206.218,86 referente D. Ativa.

Clientes - Os créditos da prestação serviços são mensuradas pelo valor original na data do Balanço Patrimonial, cujo montante em 31/12/2023 foi de 5.393.459,92 apurado em mapa de faturamento que são enviados pelo setor de faturamento mensalmente ao setor contábil.

Em 31/12/2013 a Autarquia iniciou o registro do Ajuste de perdas de créditos a curto prazo, conforme cronograma de ações. Em 2023 houve alteração na metodologia para identificar os valores das perdas:

Classificação por sistema de RATING, em ordem decrescente de recuperabilidade, levando-se em consideração a diferença da data de Constituição da Dívida Ativa não tributária ou a maior data de Parcelamento de Inscrição, observando as seguintes classes:

I – A: créditos inscritos até 03 (três) anos, com alta perspectiva de recuperabilidade;

II – B: créditos inscritos a mais de 03 (três) anos e até 06 (seis) anos, com média perspectiva de recuperabilidade;

III – C: créditos inscritos a mais de 06 (seis) anos e até 12 (doze) anos, com baixa perspectiva de recuperabilidade;

IV – D: créditos inscritos a mais de 12 (doze) anos e até 23 (vinte e três) anos, com baixíssima perspectiva de recuperabilidade;

V – E: créditos inscritos a mais de 23 (vinte e três) anos, com remota perspectiva de recuperabilidade.

O ajuste para perdas do CONTAS A RECEBER da autarquia (SAAE) será calculado, mediante aplicação, sobre o saldo apurado da Dívida em 31 de dezembro de cada ano, dos seguintes percentuais aos créditos classificados com rating: A, B, C, D e E, respectivamente.

I – RATING “A” – 5%

II – RATING “B” – 10%

III – RATING “C” – 20% IV – RATING “D” – 60%

V – RATING “E” – 90%

A Contabilidade registrou o valor do ajuste para perdas em atendimento as normas contábeis.

Cumpre-nos esclarecer em relação ao DEMDAT o seguinte:

Análise Dívida Ativa Tributária:

Descrição	Valor
Saldo anterior DEMDAT	R\$ 1.587.597.506,16
Acréscimo no exercício – DEMDAT	R\$ 72.508.770,66
Baixas no exercício – DEMDAT	R\$ 25.390.361,36
Saldo para o próximo exercício – DEMDAT (a)	R\$ 1.634.715.915,46
Saldo contábil – BALPAT (b)	R\$ 1.634.715.915,46
Divergência (a-b)	R\$ 0,00

Análise Dívida Ativa Não tributária:

Descrição	Valor
Saldo anterior DEMDAT	R\$ 51.865.042,92
Acréscimo no exercício – DEMDAT	R\$ 8.531.094,07
Baixas no exercício – DEMDAT	R\$ 1.454.200,96
Saldo para o próximo exercício – DEMDAT (a)	R\$ 58.698.408,40
Saldo contábil – BALPAT (b)	R\$ 58.698.408,40
Divergência (a-b)	R\$ 0,00

Ressaltamos que compõem a Dívida Ativa do município, valores constantes na CDA 269/2010, valor inicial R\$ 293.099.114,53 referente à ação de execução fiscal ajuizada

pelos municípios de Aracruz/ES em 15/12/20210 em face da empresa Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRÁS, conforme processo nº 20123/2021.

Segue planilha atualizada com os valores devidos atualizado até o dia 30/04/2019.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
SETOR DE DIVIDA ATIVA
Relatório de Relação da Dívida Ativa do Contribuinte

SERVIDOR RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO: RENAN STEIN LEITE - 29/03/2023

Identificação												
Tipo Cadastro: 05		Inscrição Municipal: 0000520		Código Geral: 0278483		Nome: PETROLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS			Quadra:	Lote:	Sub-Lote:	
CNPJ: 33.000.167/0004-54		Endereço: AVENIDA NOSSA SENHORA DA PENHA, 1688 EDIMT BARRO VERMELHO VITORIA ES, CEP.: 29057550										
Ano Débito	Situação	Certidão/Ano	Inscrição Dívida	Origem	Data Inscrição	Vencimento	Atualizado até	Valor Origem	Juros	Multa Inscrição	Correção	Total
2013	Débito	/	Orig. Atu. 0013468	DEC. Anuen	29/01/2014	09/11/2013	31/03/2023	15,83	32,26	8,57	12,72	69,38
Data do Início da Contagem da Prescrição: 0 0 Parc. de Origem: Cota unica 00 - Observacao: Serviço: 094 - Declaração de Anuidade. Obs. Carnê: Processo nº 7928/2012 - Parcelamento Anterior: - Parcelamento Atual: - OBS:												Notificação: /
Total Inscrição:								15,83	32,26	8,57	12,72	69,38

Identificação												
Tipo Cadastro: 03		Inscrição Municipal: 0009493		Código Geral: 0278483		Nome: PETROLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS			Quadra:	Lote:	Sub-Lote:	
CNPJ: 33.000.167/0004-54		Endereço: AVENIDA NOSSA SENHORA DA PENHA, 1688 EDIMT BARRO VERMELHO VITORIA ES, CEP.: 29057550										
Ano Débito	Situação	Certidão/Ano	Inscrição Dívida	Origem	Data Inscrição	Vencimento	Atualizado até	Valor Origem	Juros	Multa Inscrição	Correção	Total
2010	Suspensão Processo	269/2010	Orig. Atu. 0000422	AUTO	26/02/2010	18/01/2005	30/04/2019	2.561.326,52	9.296.897,13	1.621.551,82	2.843.846,23	16.323.621,70
Data do Início da Contagem da Prescrição: 0 0 Parc. de Origem: AUTO DE INFRAÇÃO 03340403 - Observacao: Processo: 201019. Documento: 201018. Tipo: 1 - Auto de Infração - Principal. Infração: 2002/1 - deixou de reter e recolher o ISSQN de sua contratada - Parcelamento Anterior: - Parcelamento Atual: - OBS: PROCESSO 7597/2014 - SUSPENSO CONFORME MANIFESTAÇÃO DO PROCURADORIA GERAL AS FLS. 27/28 DOS AUTOS.												Notificação: 28/2010
2010	Suspensão Processo	269/2010	Orig. Atu. 0000423	AUTO	02/03/2010	18/01/2005	30/04/2019	5.963.231,66	21.644.859,01	3.775.266,10	6.620.988,69	38.004.345,46
Data do Início da Contagem da Prescrição: 0 0 Parc. de Origem: AUTO DE INFRAÇÃO 036/0400 - Observacao: Processo: 201020. Documento: 201017. Tipo: 1 - Auto de Infração - Principal. Infração: 2002/1 - deixou de reter e recolher o ISSQN de sua contratada - Parcelamento Anterior: - Parcelamento Atual: - OBS: PROCESSO 7597/2014 - SUSPENSO CONFORME MANIFESTAÇÃO DO PROCURADORIA GERAL AS FLS. 27/28 DOS AUTOS.												Notificação: 28/2010
2010	Suspensão Processo	269/2010	Orig. Atu. 0000424	AUTO	02/03/2010	18/01/2005	30/04/2019	6.362.536,18	23.094.222,42	4.028.062,05	7.064.337,32	40.549.157,97
Data do Início da Contagem da Prescrição: 0 0 Parc. de Origem: AUTO DE INFRAÇÃO 037/0400 - Observacao: Processo: 201021. Documento: 201018. Tipo: 1 - Auto de Infração - Principal. Infração: 2002/1 - deixou de reter e recolher o ISSQN de sua contratada - Parcelamento Anterior: - Parcelamento Atual: - OBS: PROCESSO 7597/2014 - SUSPENSO CONFORME MANIFESTAÇÃO DO PROCURADORIA GERAL AS FLS. 27/28 DOS AUTOS.												Notificação: 28/2010



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
SETOR DE DIVIDA ATIVA
Relatório de Relação da Dívida Ativa do Contribuinte

SERVIDOR RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO: RENAN STEIN LEITE - 29/03/2023

2010	Suspensão Processo	269/2010	Orig. Atu. 0000425	AUTO	02/03/2010	18/01/2005	30/04/2019	3.572.509,98	12.967.209,59	2.261.722,60	3.966.565,36	22.768.007,53
Data do Início da Contagem da Prescrição: 0 0 Parc. de Origem: AUTO DE INFRAÇÃO 0035/0400 - Observacao: Processo: 201022. Documento: 201019. Tipo: 1 - Auto de Infração - Principal. Infração: 2002/1 - deixou de reter e recolher o ISSQN de sua contratada - Parcelamento Anterior: - Parcelamento Atual: - OBS: PROCESSO 7597/2014 - SUSPENSO CONFORME MANIFESTAÇÃO DO PROCURADORIA GERAL AS FLS. 27/28 DOS AUTOS.												Notificação: 28/2010
2010	Suspensão Processo	269/2010	Orig. Atu. 0000426	AUTO	02/03/2010	18/01/2005	30/04/2019	5.073.709,49	18.416.142,91	3.212.117,95	5.633.350,34	32.335.320,69
Data do Início da Contagem da Prescrição: 0 0 Parc. de Origem: AUTO DE INFRAÇÃO 0032/0400 - Observacao: Processo: 201023. Documento: 201020. Tipo: 1 - Auto de Infração - Principal. Infração: 2002/1 - deixou de reter e recolher o ISSQN de sua contratada - Parcelamento Anterior: - Parcelamento Atual: - OBS: PROCESSO 7597/2014 - SUSPENSO CONFORME MANIFESTAÇÃO DO PROCURADORIA GERAL AS FLS. 27/28 DOS AUTOS.												Notificação: 28/2010
2010	Suspensão Processo	269/2010	Orig. Atu. 0000427	AUTO	02/03/2010	18/01/2005	30/04/2019	4.303.088,46	15.619.004,64	2.724.244,99	4.777.728,19	27.424.066,28
Data do Início da Contagem da Prescrição: 0 0 Parc. de Origem: AUTO DE INFRAÇÃO 0033/0400 - Observacao: Processo: 201024. Documento: 201021. Tipo: 1 - Auto de Infração - Principal. Infração: 2002/1 - deixou de reter e recolher o ISSQN de sua contratada - Parcelamento Anterior: - Parcelamento Atual: - OBS: PROCESSO 7597/2014 - SUSPENSO CONFORME MANIFESTAÇÃO DO PROCURADORIA GERAL AS FLS. 27/28 DOS AUTOS.												Notificação: 28/2010
2010	Suspensão Processo	269/2010	Orig. Atu. 0000464	AUTO	23/07/2010	08/07/2009	30/04/2019	265.262.696,41	553.658.590,51	140.760.658,60	203.939.498,93	1.163.621.444,45
Data do Início da Contagem da Prescrição: 0 0 Parc. de Origem: Auto de Infração 017/20400 - Observacao: Processo: 201080. Documento: 201035. Tipo: 1 - Auto de Infração - Principal. Infração: 2002/1 - deixou de reter e recolher o ISSQN de sua contratada - Parcelamento Anterior: - Parcelamento Atual: - OBS: PROCESSO 7597/2014 - SUSPENSO CONFORME MANIFESTAÇÃO DO PROCURADORIA GERAL AS FLS. 27/28 DOS AUTOS.												Notificação: 28/2010
Total Inscrição:								293.099.098,70	654.696.926,21	158.383.624,11	234.846.315,06	1.341.025.964,08
Total Geral:								293.099.114,53	654.696.958,47	158.383.632,68	234.846.327,78	1.341.026.033,46

Cumpra-nos ainda informar que em relação à classificação dos créditos a receber em ativo circulante e ativo não circulante de acordo com o item 5.2.1 Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos do MCASP a Gerência de Contabilidade abriu processo administrativo nº 9276/2022 onde solicita providências junto à empresa E&L o envio das informações necessárias para contabilização. Estamos no aguardo da solução para regularização dos lançamentos contábeis.

Assim, cumpra-nos informar que a metodologia usada para lançamento dos Créditos de Dívida Ativa no Curto Prazo seguiu a recomendação constante no RELUCI de 2022 emitido pela Controladoria, onde foi usado como parâmetro a previsão da arrecadação estabelecida na Lei Orçamentária Anual – LOA do exercício de 2024.

A rubrica Encargos Sociais a Pagar constante do Passivo Não Circulante no montante de R\$ 3.796.155,56 (Três milhões, setecentos e noventa e seis mil, cento e cinquenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos demonstra o saldo existente referente os parcelamentos junto ao Ministério da Fazenda referente ao Pasep no montante de R\$ 1.173.840,40 (Hum milhão cento e sessenta e um mil, seiscentos e nove reais e quarenta centavos; parcelamentos junto a Receita Federal do Brasil: Parcelamento INSS - PARCWEB-PREV processo 15582.000182/2007-77 e 15586.721125/2012-52 no valor principal de R\$ 1.432.615,76 (Hum milhão, quatrocentos e trinta e dois mil, seiscentos e quinze reais e setenta e seis centavos) e Parcelamento INSS - TRATAPAR , processo 15586.720691/2013-28 no valor de R\$ 1.189.699,40 (Hum milhão, cento e oitenta mil, seiscentos e noventa e nove reais e quarenta centavos), perfazendo o montante de \$ 3.796.155,56 (três milhões, setecentos e noventa e seis mil, cento e cinquenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos).

Nota 4 – Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo

Consta na rubrica Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo – Passivo Não Circulante, o saldo de R\$ 25.417.747,88 (vinte e cinco milhões, quatrocentos e dezessete mil, setecentos e quarenta e sete reais e oitenta e oito centavos) referente ao registro da Operação Contratual Interna (com garantia da União) que o município de Aracruz obteve junto a Instituição Financeira Caixa Econômica Federal no montante de R\$ 26.000.000,00 (vinte e seis milhões) conforme processo 17944.100030/2022-81 e Lei Municipal nº 4.428 de 06/12/2021 e Lei 4.508 de 17/08/2022. Segue em anexo dados do processo emitido no site do SADIPEM – Tesouro Nacional.

Dados Básicos

Tipo de interessado: Município	UF: ES	Interessado: Aracruz
Número do Processo: 17944.100030/2022-81	Data do Protocolo: 11/08/2022	
Tipo de operação: Operação Contratual Interna (com garantia da União)	Finalidade: Infraestrutura	
Tipo de credor: Instituição Financeira Nacional	Credor: Caixa Econômica Federal	Moeda: Real
Status: Encaminhado à PGFN com manifestação técnica favorável	Valor: 26.000.000,00	Movimentações

Vínculos

PVL: PVL02.006064/2021-37	Processo: 17944.100030/2022-81	Situação da dívida:	Nº de contratos informados pelo credor: 1
---	--	----------------------------	--

Outros lançamentos	Garantia da União	Dados Complementares	Cronograma Financeiro	Operações não Contratadas	Operações Contratadas	Informações Contábeis
Declaração do Chefe do Poder Executivo	Documentos	Notas Explicativas (6)	Resumo			

O total de amortizações é diferente do valor da operação?

Sim Não

Caso o total de amortizações seja diferente do valor da operação, deve ser informado o motivo da divergência na aba "Notas Explicativas".

Caso a operação tenha vários cronogramas, deverá ser preenchido somente um cronograma consolidado, compatível com as informações da aba "Dados complementares".

Alterações no "Ano de início da operação" e no "Ano de término da operação" devem ser realizadas na aba "Dados complementares".

Preencher o cronograma com valores anualizados, em Real.

Ano	Contrapartida	Liberações	Amortização	Juros, demais encargos e comissões	Total de reembolsos
2022	0,00	5.200.000,00	0,00	117.323,18	117.323,18
2023	0,00	20.800.000,00	1.249.290,76	2.431.744,38	3.681.035,14
2024	0,00	0,00	3.263.829,79	3.148.781,43	6.412.611,22
2025	0,00	0,00	3.263.829,79	2.685.112,52	5.948.942,31
2026	0,00	0,00	3.263.829,79	2.255.979,74	5.519.809,53
2027	0,00	0,00	3.263.829,79	1.829.701,18	5.093.530,97
2028	0,00	0,00	3.263.829,79	1.380.160,68	4.643.990,47
2029	0,00	0,00	3.263.829,79	934.901,52	4.198.731,31
2030	0,00	0,00	3.263.829,79	495.350,81	3.759.180,60
2031	0,00	0,00	1.903.900,71	84.770,49	1.988.671,20
Total:	0,00	26.000.000,00	26.000.000,00	15.363.825,93	41.363.825,93

Nota 5 – Disponibilidade por Destinação de Recursos

Em análise ao cálculo da D.D.R. de acordo com a interpretação da legislação vigente, as contas do grupo 1.1.3.8.1 do BALVERF devem ser consideradas como direitos a receber, uma vez que são contas de pagamentos efetuados antecipadamente. Logo, diminuem a disponibilidade de caixa, mas o órgão tem o direito a receber, o que não se confunde com disponibilidade pelo pagamento efetuado antecipadamente.

Com base nisso, deve ser reconhecido um desembolso no primeiro momento, havendo, portanto, uma redução da disponibilidade pelo pagamento efetuado com recursos do órgão, mas que será, em seguida, reembolsado.

Se analisarmos o saldo do Ativo Financeiro no montante de R\$ 740.142.091,16 (setecentos e quarenta milhões, cento e quarenta e dois mil, noventa e um reais e dezesseis centavos)) deduzindo o Passivo Financeiro no montante de R\$ 74.150.910,27 (setenta e quatro milhões, cento e cinquenta mil, novecentos e dez reais e vinte e sete centavos) teremos o superávit financeiro na ordem de R\$ 665.991.180,89 (seiscentos e sessenta e cinco milhões, novecentos e noventa e um mil, cento e oitenta reais e oitenta e nove centavos).

No quadro do Superávit/Déficit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial consta o montante de R\$ 665.856.144,85 (Seiscentos e sessenta e cinco milhões, novecentos e noventa e um mil, cento e quarenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos).

A diferença apresentada entre os valores do Ativo Financeiro – Passivo Financeiro (665.991.180,89) em relação ao Superávit Financeiro (665.856.144,85) na ordem de R\$ 135.036,04 está assim discriminada:

- Valor constante rubrica 2.1.8.8.2.01.01 no valor de R\$ 116.628,10
- Valor referente RP Não Processados Intraorçamentário no valor de R\$ 16.409,94

Esses valores conforme metodologia do TCEES não são computados no BALPAT por se tratar de contas intraorçamentárias.

Dessa forma, se somarmos esse valor referentes as contas intraorçamentárias no Passivo Financeiro, teremos o montante de R\$ 74.285.946,31.

Assim Ativo Financeiro (740.142.091,16) menos Passivo Financeiro (74.285.946,31) teremos o superávit de R\$ 665.856.144,85 que confere com o demonstrado no quadro do demonstrativo do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial

Nota 6 – Demonstrativo do Superávit/ Déficit

Cumpre-nos informar que quando da apuração dos valores referentes ao Superávit Financeiro para abertura de Crédito Suplementar constante no DEMCAD as seguintes fontes de recursos apresentaram insuficiência financeira conforme tabela abaixo:

Divergências Apuradas Créditos Adicionais 2023

Anulação de Dotações	
BALEXOD	129.086.275,62
DEMCAD	129.071.275,62
Diferença	- 15.000,00
Decreto 44380/2023	

Excesso de Arrecadação			
Fonte de Recursos	Excesso Apurado	Créditos Adicionais Abertos	Insuficiência
5000015	653.512,64	23.614.359,60	- 22.960.846,96
5000025	875.919,94	25.189.622,00	- 24.313.702,06
5400070	27.036.799,69	29.278.479,00	- 2.241.679,31
599	-	155.639,64	- 155.639,64
700	-	300.000,00	- 300.000,00
701	-	1.165.694,90	- 1.165.694,90
Total			- 51.137.562,87

Superávit Financeiro			
Fonte de Recursos	Limite Apurado (BALPAT -Fontes 2022)	Créditos Adicionais Abertos	Insuficiência
5000015	1.040.553,10	1.360.000,00	- 319.446,90
599	5.723.652,99	7.800.166,99	- 2.076.514,00
700	1.726,89	416.666,67	- 414.939,78
7180025	-	24.431,70	- 24.431,70
759	-	1.713.169,38	- 1.713.169,38
Total			- 4.548.501,76

A divergência de valores entre o BALEXOD e DEMCAD no valor e R\$ 15.000,00, no Decreto nº 44.380/2023, na UG 302 – SAAE. temos a informar que o SAAE possui o sistema de contabilidade E& L Produções de Software LTDA e a Prefeitura a SMARCP. O movimento realizado no referido decreto foi de remanejamento de dotação (alteração de QDD), que não é objeto do DEMCAD, portanto não aparece no DEMCAD e o sistema da SMARCP gerou como se fosse alterações orçamentárias suplementares, que é apresentado no DEMCAD são registradas nas contas contábeis 5.2.2.1.1.00 – Dotação por tipo de Crédito e 5.2.2.1.3.00 – Dotação Adicional por Fonte.

Segue abaixo a demonstração da divergência do Valor:

BALEXOD	R\$ 129.086.275,62
DEMCAD	R\$ 129.071.275,62
Diferença	R\$ 15.000,00

Segue abaixo a resposta do chamado que o SAAE fez sobre os Decretos que não aparecem no DEMCAD:

Fwd: [GLPI #0041189] Nova intervenção no chamado: CidadES > Prestação de Contas Mensal

Contabilidade [contabilidade@saaeara.com.br]

Enviado: segunda-feira, 7 de agosto de 2023 15:05

Para: Martha Santi Passos

Cc: Maria das Gracas Frigini Cuzzuol

Boa tarde

Segue resposta do TCES referente aos decretos que não foram enviados no arquivo DEMCAD.

ATT

Wanessa

----- Forwarded message -----

De: **TCEES - Atendimento em Tecnologia da Informação** <atendimento@tcees.tc.br>

Date: seg., 7 de ago. de 2023 às 12:56

Subject: [GLPI #0041189] Nova intervenção no chamado: CidadES > Prestação de Contas Mensal

To: Wanessa Inglid Ferreira Gomes Nunes <contabilidade@saaeara.com.br>

==--== Para responder por e-mail, escreva acima dessa linha ==--==

O chamado 0041189 (CidadES > Prestação de Contas Mensal) recebeu a seguinte intervenção:

Prezada Wanessa;

Boa tarde!

O Demonstrativo dos Créditos Adicionais (DEMCAD) apresenta as alterações orçamentárias resultantes dos Créditos Adicionais Suplementares, Especiais e Extraordinários, por Fonte de Recursos, que são registrados nas contas contábeis dos grupos 5.2.2.1.2.00.00 - DOTAÇÃO ADICIONAL POR TIPO DE CRÉDITO e 5.2.2.1.3.00.00 - DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE.

As demais alterações orçamentárias, como Alterações de QDD, não são objeto do DEMCAD.

Nota 6.1 – Excesso de Arrecadação – Fonte de Recurso 5400070

Na previsão inicial da Receita para o exercício de 2023 foi estimado o valor de R\$ 66.000.000,00 na fonte de recurso 5400070 (transferência do FUNDEB) e R\$ 100.000,00 na fonte de recurso 5400071 (remuneração de depósito), não sendo previsto um valor para o vínculo 5400030. O montante de R\$ 66.100.000,00 está contemplado valores para atender os 70% e 30% do FUNDEB, além dos rendimentos da aplicação financeira.

Na elaboração da LOA/2023 verificamos que os vínculos referentes as transferências dos recursos do FUNDEB deveriam ser distribuídos da seguinte forma: 540.0070.1070 – Transferências do FUNDEB 70%, 1.540.0030.0000 – Transferências do FUNDEB 30% e 540.0070.0000 - Transferências do FUNDEB – remuneração de depósito, assim o QDD/2023 foi elaborado contemplando os vínculos descritos acima, ficando divergente da

previsão da Receita inicial. Abaixo, segue quadro com a distribuição das Despesas referentes aos recursos do FUNDEB:

FONTE DE RECURSO	DESPESA ESTIMADA
5400070	
5400071	
5400701070	60.006.200,00
5400700000	
5400300000	6.093.800,00
	66.100.000,00

Efetivamente na Receita Arrecadada de 2023 os recursos foram distribuídos nos vínculos corretos de acordo com a LOA/2023 aprovada, conforme quadro abaixo:

FONTE DE RECURSO	PREVISÃO DA RECEITA	RECEITA RECEBIDA	EXCESSO APURADO
5400070	66.000.000,00		
5400071	100.000,00		
5400701070		92.084.229,78	
5400700000		1.052.569,91	
5400300000		10.342.000,00	
	66.100.000,00	103.478.799,69	37.378.799,69

De acordo com a LOA/2023 e Receita Arrecadada/2023 os créditos adicionais abertos por vínculos de **recursos foram suficientes** para cobrir todas as despesas realizadas, conforme demonstrado no quadro abaixo:

FONTE DE RECURSO	PREVISÃO DA DESPESA	RECEITA RECEBIDA	EXCESSO APURADO
5400070			
5400071			
5400701070	60.006.200,00	92.084.229,78	- 32.078.029,78
5400700000		1.052.569,91	- 1.052.569,91
5400300000	6.093.800,00	10.342.000,00	- 4.248.200,00
	66.100.000,00	103.478.799,69	- 37.378.799,69

Nota 6.2 – Excesso de Arrecadação - Fonte de Recursos 599

Referente ao Crédito Adicional aberto na fonte de recurso 599, trata-se de recurso recebido em 30/03/2023, através de Emenda Parlamentar (transferência especial - Investimento) do Deputado Federal Amaro Neto que não estava previsto na LOA/2023 no valor principal de R\$ 155.639,64, conforme documento.

Nota 6.3 – Excesso de Arrecadação - Fonte de Recursos 500.0015 e 500.0025

Os créditos adicionais suplementares abertos por excesso de arrecadação na Fonte de Recursos 500.0015 no valor de R\$ 23.614.359,60 e fonte de Recursos 500.0025 no valor

Nota 6.5 – Excesso de Arrecadação - Fonte de Recursos 701 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres do Estado

O valor de R\$ 1.165.694,90 lançado como excesso de arrecadação na fonte de recursos 1.701, como demonstrado no quadro das Alterações Orçamentárias, são recursos de Convênios que no ato da elaboração da LOA para o exercício de 2023 não foram contemplados. Houve também devolução de saldos de convênios. Segue abaixo a descrição dos convênios demonstrando assim que o Município não realizou despesas sem o lastro financeiro.

Nº Convênio	Objeto	Nº Conta	Valor
01/2022	Aquisição de Tendas	Banestes 3614395-6	R\$ 30.000,00
013/2022	Aquisição de material para o Viveiro Municipal	Banestes 3610086-5	R\$ 30.000,00
005/2019	Obra de Infraestrutura do Bairro Santa Rita, Jacupemba Aracruz/ES	Banestes 30110175	R\$ 1.105.694,90

Nota 6.6– Fonte de Recursos 599 - Superávit Financeiro

Os créditos adicionais Abertos no montante de R\$ 7.800.166,99, trata-se **parte** de superávit financeiro das fontes de recursos dos vínculos 190 e 125 que no exercício de 2023 mudaram para o vínculo 599, conforme quadro baixo:

DESCRIÇÃO	FONTE RECURSO 2022	FONTE RECURSO 2023	DOTAÇÃO 2023	RECURSO	CRÉDITOS ABERTOS
Transporte Escolar	125	599	391	PETE	1.558.423,09
Obra CMEI Cinderela	125	599	433	FUNPAES	84.198,02
Obra Quadra Honório	190	599	454	FUNPAES	1.098.827,16
Transporte Escolar	190	599	391	PROETI	240.000,00
OBRAS	190	599	435	PROETI	2.000.000,00
Diárias	190	599	354	PROETI	10.000,00
Material de consumo	190	599	363	PROETI	448.500,00
Pessoa Jurídica	190	599	396	PROETI	882.897,25
Material Permanente	190	599	441	PROETI	928.899,18
					7.251.744,70

Os valores dos créditos adicionais relacionados no quadro abaixo no vínculo 1.599.0000.0000, **não é superávit financeiro**, são oriundos dos Termos de Compromisso nº 202101391-5, 202101392-5 – equipamentos de climatização, 202101393-5 – equipamentos de utensílios de cozinha, 202103586-5 notebooks e 202241082-4 ônibus escolar, firmados entre o Município de Aracruz e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da

Educação – FNDE. O recebimento dos recursos, conforme metodologia utilizada pelo Governo Federal só ocorre mediante a realização do procedimento licitatório, lavra de contrato entre o fornecedor e o ente beneficiário, recebimento da nota fiscal e a inserção de todos esses documentos no módulo SIMEC/PAR, pelo qual é feita a análise e, após tudo conferido, realizado o repasse ao município. Ou seja, para que o repasse ocorra, necessário se faz que o município inclua os valores junto ao Orçamento, para fins de que contabilmente este seja demonstrado, possibilitando assim o lançamento dos dados no procedimento licitatório, instrumento contratual, sem que, de fato, o valor já esteja em conta, motivo pelo qual será gerado um déficit pela disparidade entre o contábil e o orçamentário.

Os recursos financeiros referentes aos Termos de Compromisso nº 202101391-5, 202101392-5 – equipamentos de climatização, 202101393-5 – equipamentos de utensílios de cozinha foram recebidos no exercício de 2023. Os demais Termos de Compromisso estamos aguardando análise pelo FNDE para a liberação do recurso, o que não ocorreu até o presente momento.

RECURSO	FONTE RECURSO 2022	FONTE RECURSO 2023	DOTAÇÃO 2023	CRÉDITOS ABERTOS
PAR /FNDE - AR CONDICIONADO	190	599	438	24.509,83
PAR /FNDE - UTENSÍLIOS	190	599	438	24.922,46
PAR /FNDE - NOTEBOOKS	190	599	445	198.990,00
PAR/FNDE - AQUISIÇÃO DE ÔNIBUS	190	599	438	300.000,00
				548.422,29

Nota 6.7– Fonte de Recursos 700 - Superávit Financeiro

O valor de R\$ 416.666,6, trata-se do Convênio nº 943520/2023, firmado entre o Município de Aracruz/ES e o Ministério de Esportes que tem como objeto aquisição e instalação de playgrounds. Foi realizado crédito adicional suplementar através de Recursos de Convênio/ Parecer Consulta (PC TC-028/2004), para dar andamento no processo licitatório e após finalizar o processo licitatório, é encaminhado a documentação para o Ministério do Esporte fazer a análise e posterior fazer o depósito do recurso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ

Alterações Orçamentárias por Autorizações

Tipo do Ato - 2 - DECRETO

Nro. da Autorização	Data da Autorização	Data	Tipo de Alteração	Dotação	Unidade Orçamentária	Natureza da Despesa	Classificação Funcional
45395	28/11/2023	28/11/2023	5 - SUPLEMENTACAO	1084	22.01.00	4.4.90.52.00	27.812.0053.1.0178
Data Crédito	Descrição da Dotação	Tipo de Crédito	Usr. Responsável	Vínculo	Recurso	Valor	
	EQUIP E MATERIAL PERMANENTE	1 - ORÇAMENTARIO		1.700.0037.3110 - CONV- AQUIS. E INST.DE PLAYGROUNDS-cc 7	8 - RECURSOS DE CONVÊNIOS (PC TC-028/2004)	416.666,67	
Total Suplementação da Autorização						416.666,67	
Total Anulação da Autorização						0,00	
Total Suplementação da Lei/Decreto						416.666,67	
Total Anulação da Lei/Decreto						0,00	
Total Geral de Suplementação						416.666,67	
Total Geral de Anulação						0,00	

Nota 6.8– Fonte de Recursos 759 - Superávit Financeiro – Recursos Vinculados a Fundos.

Ressaltamos que o vínculo 759 foi incluído no exercício de 2023, através de alterações da IN 68/2020 – TCEES, para discriminar os recursos vinculados a Fundo, que antes eram classificados na Fonte de Recursos 990 – Outros recursos vinculados. Sendo assim o valor de R\$ 1.713.169,38, realizado como superavit financeiro, tem cobertura de saldo financeiro, conforme discriminado no Balanço Patrimonial do exercício de 2022 cujo montante de superávit financeiro perfazia o valor de R\$ 9.642.502,92. Demonstrando assim que o Município não contraiu despesa sem o recurso financeiro para a cobertura.



ENTE: Aracruz

UNIDADE GESTORA: Consolidado

TIPO DE CONTA: Contas de Governo

BALANÇO PATRIMONIAL



EXERCÍCIO: 2023

750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	221.650,59	183.973,60
751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	18.885.026,51	11.059.910,20
752	Recursos Vinculados ao Trânsito	0,00	0,00
704	Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras Pela Exploração de Recursos Naturais	18.319.473,18	20.766.942,79
705	Transferência dos Estados Referentes a Compensações Financeiras Pela Exploração de Recursos Naturais	7.087.516,84	5.839.712,12
708	Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais	417.964,98	876.555,43
709	Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Hídricos	0,00	0,00
710	Transferência Especial dos Estados	0,00	0,00
711	Demais Transferências Obrigatórias Não Decorrentes de Repartições de Receitas	1.784.053,00	0,00
712	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do Fundo Penitenciário - FUNPEN	0,00	0,00
713	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do Fundo de Segurança Pública - FSP	0,00	0,00
714	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do Fundo de Amparo Ao Trabalhador - FAT	0,00	0,00
715	Transferências destinadas ao setor cultural - - LC 195/2022 - Art. 5º - Audiovisual	656.223,38	0,00
716	Transferências destinadas ao setor cultural - - LC 195/2022 - Art. 8º - Demais setores da cultura	265.613,09	0,00
717	Assistência financeira transporte coletivo - Art. 5º. Inciso IV, EC Nº 123/2022	0,00	0,00
719	Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei Nº 14.399/2022	0,00	0,00
749	Outras Vinculações de Transferências	97.708,70	124.490,45
753	Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos	0,00	0,00
761	Recursos Vinculados Ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza	0,00	0,00
754	Recursos de Operações de Crédito	5.040.885,68	5.243.935,76
755	Recursos de Alienação de Bens/ativos - Administração Direta	1.490.857,98	964.379,03
756	Recursos de Alienação de Bens/ativos - Administração Indireta	22.043,97	22.043,97
757	Recursos de Depósitos Judiciais - Lides das Quais o Ente faz Parte	0,00	0,00
758	Recursos de Depósitos Judiciais - Lides das Quais o Ente não faz Parte	0,00	0,00
759	Recursos Vinculados a Fundos	2.677.743,36	0,00
760	Recursos de Emolumentos, Taxas e Custas	0,00	0,00
799	Outras Vinculações Legais	0,00	0,00
899	Outros Recursos Vinculados	6.425.199,22	9.642.502,92
	Recursos Extraorçamentários	-710.255,30	0,00
860	Recursos Extraorçamentários Vinculados a Precatórios	0,00	0,00

Nota 6.9 - Fonte de Recursos 718.0025 – Superávit Financeiro - Auxílio Financeiro – Outorga crédito tributário ICMS – Art. °, Inciso V, EC n. 123/2022

Foi aberto crédito Adicional suplementar pelo superávit financeiro no valor de R\$ 24.431,70. Informamos que o valor aparece no Balanço Patrimonial de 2022, conforme demonstrado abaixo.



ENTE: Aracruz

UNIDADE GESTORA: Prefeitura Municipal de Aracruz

TIPO DE CONTA: Contas de Governo

BALANÇO PATRIMONIAL



EXERCÍCIO: 2022

CONTAS DE COMPENSAÇÃO - LEI Nº 4.320/64

Em R\$

ATIVOS	EXERCÍCIO		PASSIVOS	EXERCÍCIO	
	Atual	Anterior		Atual	Anterior
Atos Potenciais Ativos	218.933.772,79	148.951.580,38	Atos Potenciais Passivos	552.246.174,87	300.957.803,78
Garantias e Contragarantias Recebidas	3.796.726,67	2.196.212,25	Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	214.503.682,48	146.658.799,51	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	42.904.390,91	10.939.435,13
Direitos Contratuais	631.361,64	96.566,62	Obrigações Contratuais	509.341.783,96	290.018.368,65
Demandas Judiciais	0,00	0,00	Demandas Judiciais	0,00	0,00
Outros Atos Potenciais Ativos	0,00	0,00	Outros Atos Potenciais Passivos	0,00	0,00

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

Em R\$

Código	Descrição	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
		Exercício Atual	Exercício Anterior
	Fontes Não Vinculadas	233.997.592,05	139.145.291,22
001	Recursos Ordinários	233.880.049,20	139.145.291,22
090	Outros Recursos não Vinculados	0,00	0,00
7180000	Auxílio financeiro - Outorga crédito tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC Nº 123/2022	117.542,85	0,00
	VINCULADA	425.806.023,35	333.758.717,30
	Recursos Vinculados à Educação	25.855.502,12	22.403.276,31
7180025	Auxílio financeiro - Outorga crédito tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC Nº 123/2022 - Educação	24.431,70	0,00

Com a alteração de fonte de recursos no exercício de 2023 o referido valor foi somado com o valor da fonte de recursos 599 - R\$ 5.699.221,29 totalizando o montante de R\$ 5.723.652,99 que se apresenta no Balanço Patrimonial de 2023, coluna do exercício de 2022. Demonstrando que o Município não abriu crédito suplementar sem o recurso financeiro em conta.

Assim, cumpre-nos informar que estão sendo feitos os ajustes nas fontes de recursos em atendimento a IN 68 TCEES. Dessa forma as inconsistências que ora apresentamos serão sanadas no próximo exercício.

Nota 6.10 - Metas de Resultado Primário e Nominal

Inicialmente, é crucial destacar que quando da fixação das metas de resultado primário e nominal (LDO 2023), o município baseou-se em projeções de receitas e estimativas de despesas que, posteriormente, demonstraram-se inadequadas em relação ao planejamento do município. Essa discrepância pode ser atribuída a diversos fatores, mas sobretudo, ao aumento das despesas de investimentos com recursos de superávit financeiro que não foram computadas no cálculo das metas de resultado primário e nominal.

Ressaltamos, que houve adoção de medida corretiva (Lei municipal n.º 4.667/2023) para ajustar as metas equivocadamente fixadas demonstrando o compromisso da administração municipal em garantir a saúde financeira e a sustentabilidade fiscal do município. No entanto, apesar dos esforços empreendidos, as correções realizadas não foram totalmente eficazes em compensar as discrepâncias entre as metas estimadas e os resultados efetivamente alcançados.

Conforme relatado, observa-se que a meta de resultado primário foi estimada/corrigida para -R\$ 66.647.844,00, porém, o valor apurado foi de -R\$ 75.652.310,20, representando uma diferença de R\$ 9.004.436,20, que corresponde a 13,51% da meta estimada ou 3,04% da Disponibilidade Bruta de Caixa. Embora haja essa discrepância entre as metas estabelecidas e os resultados alcançados, é importante ressaltar que a situação financeira do município não demonstra uma vulnerabilidade fiscal significativa.

Importante considerar que as metas de resultado primário e nominal alcançadas no ano de 2022, foram respectivamente R\$ 186.304.247,55 e R\$ 140.496.409,46, o que comprova a formação de poupança corrente para fazer face aos resultados negativos apresentados em 2023.

Destaca-se ainda, que a dívida consolidada líquida apresenta um saldo negativo de -R\$ 312.23 milhões, e endividamento representa apenas 6% (seis por cento) da Receita Corrente Líquida tendo sido reduzido no ano em questão. Além disso, o município apresenta liquidez de 95% considerando R\$ 226.4 milhões de disponibilidade bruta de caixa evidenciando uma capacidade satisfatória de honrar seus compromissos financeiros, refletindo uma situação de solidez fiscal e prudência na gestão das finanças públicas.

A Receita total do município no exercício de 2023 (exceto intraorçamentária) foi de R\$ 800.145.082,36 e a Despesa total empenhada do município (exceto intraorçamentária) ficou no montante de R\$ 796.760.688,76 resultando em um superávit de R\$ 3.384.393,60. Esse fato, somado ao esforço da gestão em ajustar as metas, demonstram que há uma busca para manter o equilíbrio e uma gestão eficiente.

Diante desse contexto, embora o não cumprimento das metas de resultado primário e nominal seja um aspecto a ser considerado, a situação financeira global do município demonstra uma gestão responsável e equilibrada, que visa garantir a sustentabilidade das contas públicas e o atendimento adequado às demandas da população.

